

## 1. Construindo o trabalho de pesquisa

A construção inicial do nosso objeto de pesquisa não foi trabalho simples, muito menos imediato. Agora, em perspectiva, talvez ele pareça óbvio. Mas não era, pelo menos nos primeiros meses de estudo.

O que estava muito certo desde o início era o tema. Nosso trabalho estava – e está – inserido dentro do tema da *diversidade sexual e de gênero na educação*. E o motivo – ou a motivação – tinha relação direta com minha trajetória profissional, acadêmica e pessoal.

### 1.1 Educação popular: primeiros passos

Minha formação inicial na graduação foi em Comunicação Social. No entanto, ao longo da minha trajetória acadêmica e profissional, fui mantendo contato, mesmo antes da graduação, com duas outras grandes áreas: Educação e Sexualidade.

No movimento estudantil, participei da fundação e fui coordenador, durante três anos (2000-2003), de um curso pré-vestibular comunitário, organizado por estudantes de graduação de diferentes áreas e instituições, tendo como público alvo jovens e adultos de origem popular. O projeto chegou a ter duas turmas, uma na Universidade Federal do Rio de Janeiro e outra na comunidade do Morro dos Cabritos, na Zona Sul do Rio. Ali, desenvolvemos encontros de formação em que discutíamos o projeto pedagógico do curso e onde tive o primeiro contato – de fato – com a filosofia de Paulo Freire e os movimentos de educação popular. Buscávamos desenvolver um trabalho diferenciado, mesmo com todas as contradições que vive um pré-vestibular. Trabalhávamos bimestralmente com temas geradores, tentando sempre contextualizar os conteúdos disciplinares, além de investir na sensibilização e mobilização política dos estudantes. Nessa época cheguei a participar ativamente do movimento nacional de pré-vestibulares comunitários, questionando os instrumentos de acesso e permanência de jovens de origem popular nas universidades públicas e trabalhando por políticas afirmativas nessa área.

No final de 2003 participaria também de projetos de alfabetização de jovens e adultos, na comunidade Marcílio Dias, no Bairro Maré, zona norte do Rio de Janeiro. Nesse processo, tomei maior proximidade com as teorias sobre desenvolvimento cognitivo e letramento.

Essas experiências foram fundamentais para a minha formação humana, intelectual e política. Foi nesses espaços que tomei contato de fato com a práxis da educação crítica. O trabalho de mobilização; os processos coletivos de debate teórico, político e decisório; o exercício de reconhecer o/a outro/a como um sujeito de direitos em equidade; a superação de estereótipos e da visão paternalista e mesmo arrogante diante de jovens e adultos das comunidades. Esses foram alguns dos aprendizados que essas experiências me legaram. Foi a partir daí que pude ir para além da ingenuidade dos discursos juvenis e da mera retórica pseudomarxista e começar a me construir como um sujeito político, com ideias próprias, fruto de aprendizados, erros, acertos e trocas. Essas experiências também me marcaram indubitavelmente como um sujeito da educação. E esse seria, a partir daí, um campo de atuação que eu não mais abandonaria.

## **1.2 Direitos sexuais e LGBT: aprendendo dentro do movimento**

Paralelo ao trabalho de educação popular, a partir de finais de 1999, atuei também em organizações da sociedade civil e movimentos sociais do campo dos direitos sexuais e da população LGBT. A motivação para trabalhar nessa área tinha a ver com a minha própria sexualidade e com as experiências de violência e discriminação que eu, como homossexual, vivia no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro.

Minha primeira experiência foi com o Grupo Arco-Íris, uma organização de referência neste campo no Rio de Janeiro, desenvolvendo atividades em projetos de prevenção a DST/Aids, construção de cidadania e combate à homofobia.

Comecei a tomar contato com autores do campo da sexualidade, em especial Foucault, Fry e Trevisan. Participei também de inúmeras ações, mobilizações, seminários, congressos, encontros e debates onde pude trocar com representantes históricos/as dos movimentos e com uma juventude muito atuante, unindo um processo de amadurecimento político a um aprendizado teórico-conceitual muito

significativo, em espaços de formação/educação que existiam dentro do próprio movimento social.

### **1.3 Atuando na Universidade**

Estas duas experiências estão necessariamente ligadas à minha entrada no ensino superior (1999-2003). A Universidade, para além das salas de aula, era também um campo de oportunidades de aprendizado e atuação política. Não só via ações externas, mas também institucionalmente e profissionalmente.

Assim, desde o início da graduação pude participar de projetos de extensão, como os com que tive contato durante meu estágio na Coordenação de Extensão do Centro de Ciências da Saúde e na Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ. Depois de graduado, após dois anos de experiência profissional fora, acabei retornando em 2005 para a Universidade, agora como servidor público.

No primeiro ano, reintegrei a equipe da Coordenação de Extensão do Centro de Ciências da Saúde, que vinha desenvolvendo ações no intuito de construir uma ponte entre projetos de extensão e a rede pública de ensino. E foi nessa linha de trabalho que surgiu, em finais de 2005, o Projeto Diversidade Sexual na Escola, sem dúvida a experiência mais marcante no meu desenvolvimento acadêmico – e fonte de motivação principal para este trabalho de pesquisa. A ideia do projeto surgiu a partir das minhas experiências anteriores, na área de educação e em projetos de prevenção a DST / AIDS voltados a jovens homossexuais, fruto do acúmulo de discussão pela atuação em movimentos de direitos humanos e sexuais.

O projeto não era uma experiência isolada, mas fazia – e ainda faz - parte de um conjunto de ações nesta área que vêm tomando corpo, especialmente, desde o primeiro governo Lula. O projeto teve início em 2006 de forma bem simples. Realizávamos, a pedido de escolas públicas, oficinas de sensibilização junto a profissionais de educação da rede pública do Rio de Janeiro, indo às próprias instituições para debater questões ligadas à diversidade sexual e ao contexto escolar. No final de 2006, fui convidado a coordenar a área de Comunicação da Pró-Reitoria de Extensão. Apesar do novo desafio e da carga duplicada de trabalho, continuei na coordenação do Projeto Diversidade Sexual na Escola. Em fins de 2006, o projeto deixou a Coordenação da Extensão e se vinculou ao Programa Papo Cabeça, da Maternidade Escola/Faculdade de Medicina, que já

trabalhava, há mais de 10 anos, com ações junto a escolas públicas discutindo sexualidade e saúde.

Junto a essa atuação, foi realizada, em 2007 e 2008, uma pesquisa, para levantar algumas informações sobre a percepção desses profissionais com relação a homossexualidade, travestilidade, transexualidade, identidades sexuais, gênero, violência e discriminação. Além de questionários aplicados, esta pesquisa recolheu também uma série de depoimentos de educadores/as durante as oficinas realizadas nas escolas. Esses relatos foram a base de uma publicação desenvolvida pelo projeto (Bortolini, 2008), que teve mais de 13.000 exemplares distribuídos a todas as escolas da rede estadual do Rio de Janeiro e recebeu prêmios de organizações do movimento social brasileiro e internacional.<sup>1</sup>

Em 2007, o projeto realizou, com financiamento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), a primeira edição de um curso de extensão para profissionais de educação chamado *Diversidade Sexual e Identidades de Gênero na Escola*. O curso foi reeditado nos anos de 2008, 2009 e 2010. O conteúdo programático e o formato do curso se transformaram consideravelmente durante esse período. No início, sua abordagem era mais centrada na trajetória de sujeitos LGBT, suas construções identitárias e demandas políticas, tendo a homofobia como centro da discussão sobre violência, com grande participação de representantes do movimento social. Ao longo dos anos, o programa do curso migrou seu foco para as práticas escolares e a construção da heteronormatividade e do binarismo de gênero através delas, trazendo uma discussão sobre exclusão e violência que alcançava não mais apenas os/as alunos/as LGBT, mas todos os sujeitos.

Houve também uma mudança metodológica. Nas primeiras edições, os/as cursistas tinham de desenvolver projetos de ação, a serem realizados em suas escolas depois de terminada a formação. As avaliações, no entanto, mostravam que mais da metade destes projetos nem sequer eram realizados e os/as que conseguiam efetivar parcialmente a sua proposta realizavam apenas atividades

---

<sup>1</sup> Prêmio Xica Manicongo, concedido pela Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro / Astra - Rio (2009) e Prêmio Educando para a Diversidade Sexual, promovido pela GALE - Global Alliance for LGBT Education, com apoio da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais e outras organizações, como a UNESCO (2010).

restritas ao seu espaço imediato de atuação profissional – em geral a própria sala de aula ou os momentos de formação em serviço. Por conta disso, a partir de 2010, os/as cursistas não mais tinham que propor projetos de ação, mas realizar *atividades didáticas/intervenções pedagógicas* nos seus contextos imediatos – suas turmas, seu grupo de educadores/as, sua escola – não mais ao final, mas *durante* a formação, com acompanhamento e orientação da equipe do curso.

De 2006 a 2011 já foram realizadas seis edições de cursos de formação. Em 2010, foram montadas oito turmas, em seis municípios-pólo (Rio de Janeiro, Niterói, Itaboraí, Nova Iguaçu, Petrópolis e Macaé). Nos últimos cinco anos, mais de 700 profissionais de educação foram formados pelos cursos de extensão e cerca de 1500 educadores/as participaram de oficinas de sensibilização em diferentes cidades.

Nos cursos e oficinas realizadas nas escolas alcançamos um conjunto de profissionais de educação amplo: professores/as, coordenadores/as, diretores/as, técnicos/as, administrativos/as, além de profissionais como assistentes sociais, psicólogos/as, etc. Contávamos também com estagiários/as de licenciaturas de diferentes cursos. Especialmente nas oficinas – quando íamos até as escolas - as contradições, preconceitos, divergências (e por que não, convergências) que convivem no ambiente escolar ficavam mais claras e evidentes. Diferentes visões se contrapunham, e alguns participantes faziam questão de estar ali justamente para marcar o seu ponto de vista contrário a essa ou aquela posição inerente a essa discussão. Este foi, exatamente por essa diversidade – e por estas diferenças, um ambiente excepcional para a construção de um processo de diálogo - às vezes conflituoso - e de aprendizado – especialmente para um pesquisador - sempre extremamente rico.

Nesse projeto, pude mergulhar de fato no contexto escolar. E foi no diálogo intenso - e por vezes tenso - com educadores e educadoras ao longo de cinco anos que pude aprofundar minhas reflexões com relação à educação, especialmente à educação formal e pública. Práticas pedagógicas, sistema de ensino, currículo, material didático, formação de professores, condições estruturais, violência, ética e inclusão. Temas antes apenas teóricos se tornavam cada vez mais problematizados pela vivência concreta junto aos/às educadores/as, num novo movimento de renovação e aprendizado.

Além disso, o projeto me permitiu uma intensa vivência acadêmica, com publicação de livros e artigos, apresentações de trabalhos em congressos e seminários nacionais e internacionais, participação em mesas redondas, palestras e cursos. Isto provocou um novo momento de imersão teórica, onde tomei contato com autores/as como Butler, Louro e Junqueira, e com as perspectivas pós-estruturalistas - especificamente no campo da sexualidade e gênero.

Por fim, cheguei à Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio. Primeiro me aproximando do Grupo de Estudos em Cultura, Educação e Cotidiano (GECEC), que discutia fundamentalmente a questão do reconhecimento das diferenças e da construção da igualdade na Educação, tendo a interculturalidade como orientação filosófica e objeto de pesquisa. Depois, já como aluno do Mestrado, integrei definitivamente o grupo - cuja coordenadora se tornaria minha orientadora – onde pude ampliar a discussão sobre diversidade sexual na escola, incorporando um debate mais amplo sobre diferença, currículo, sujeitos e prática pedagógica.

#### **1.4 Da experiência ao projeto de pesquisa: encontrando o objeto**

Mas como converter toda essa experiência acumulada no desenvolvimento efetivo de um projeto de pesquisa? Fazer um relato de experiência seria fácil. Mas como ir além da própria percepção – mesmo que fruto de uma experiência duradoura - para alcançar o desenvolvimento de um estudo de fato, metodologicamente orientado? E mais: o que, desse universo de possibilidades, seria interessante pesquisar?

A prática do debate sobre diversidade sexual com os educadores desperta uma série de questões. E tínhamos, concretamente, uma série de possíveis materiais de pesquisa – registros de oficinas, relatos, fichas e diários de aula – produzidos no próprio desenvolvimento do projeto e que não podiam ser ignorados. Mas não queríamos retomar objetos de pesquisa que já haviam sido trabalhados por tantos/as pesquisadores/as recentemente – e de formas tão mais amplas e mais profundas do que seríamos capazes de fazer. Queríamos, de alguma forma, que esse trabalho pudesse contribuir para o campo de cruzamento entre gênero, sexualidade e educação.

Nesse campo, são muitas as pesquisas que falam sobre o contexto das relações – interpessoais e institucionais – entre sujeitos e entre sujeitos e escola.

São inúmeros os trabalhos que se debruçam, de maneira ampla e aprofundada, na realidade de violência, exclusão e estigmatização vivenciada por pessoas que, de alguma maneira, descumprem as normatizações culturais com relação a gênero e sexualidade (Carrara, 2005; Castro, 2004; Ferrari, 2007; Freitas, 2004; Mazzon, 2009; Silva, 2007). Há também trabalhos que investem na avaliação de materiais didáticos (Lionço, 2009; Furlani, 2005). Outros que vão analisar as políticas públicas nesta área, dedicando atenção especial ao campo da educação (Freitas, 2010).

Mas, apesar desta extensa literatura já produzida sobre a realidade das escolas públicas brasileiras no que diz respeito à diversidade sexual e de gênero, tínhamos diante de nós um vasto material que permitiria também produzirmos uma análise sobre as relações entre sujeitos e sobre a ação institucional nas escolas a partir dos/as educadores/as com ao/as quais vínhamos trabalhando.

Estabelecemos, assim, como primeiro passo, uma análise focada nos materiais que diziam respeito a esse ambiente escolar, inclusive para não correr o risco de partir de pressupostos (mesmo que referenciados em grandes pesquisas) que de alguma forma não se encaixassem de fato no universo com que estávamos trabalhando. Essa análise não seria de forma alguma estatisticamente expansível, mas talvez guardasse semelhanças com o contexto de outras escolas públicas. De todo modo, serviria como uma imersão, não no objeto de pesquisa principal (que ainda estava sendo construído), mas no contexto com o qual estávamos trabalhando.

Além disso, a intenção era produzir um trabalho que não tivesse a escola apenas como lócus de pesquisa, mas que estivesse focado especificamente no que é próprio do processo educativo. Assim, nos centramos no que talvez fosse uma das peculiaridades – e oportunidades – trazidas pelo projeto Diversidade Sexual na Escola: as experiências no desenvolvimento de *atividades pedagógicas*, em escolas regulares, que trabalhavam, diretamente, com a questão da diversidade sexual e de gênero.

No ano de 2010, durante a sexta edição do curso de formação *Diversidade Sexual e Identidades de Gênero na Escola* para profissionais de educação, financiado pelo Ministério da Educação e realizado em diferentes municípios, fazia parte da própria metodologia do curso incentivar os/as educadores/as cursistas a realizarem atividades pedagógicas, nos seus contextos escolares, que

trabalhassem, de alguma forma, a questão da diversidade sexual e de gênero. Havia algumas orientações e até sugestões para a realização do que chamávamos de *intervenções pedagógicas*. No entanto, cada cursista tinha total liberdade para planejar e realizar a sua própria atividade.

Estas atividades tinham de ser desenvolvidas durante o curso, relatadas e discutidas em sala e, além disso, deveriam ser registradas – o mais detalhadamente possível – num *caderno* – ou *diário* – que acompanhava cada cursista durante toda a formação. Nesse caderno/diário, os/as cursistas registravam uma série de coisas, desde relatos sobre o seu contexto escolar, até interpretações de conceitos ou debates teóricos. A maioria dos registros era orientada, mas, novamente, cada cursista tinha total liberdade para utilizar o seu caderno/diário e registrar ali qualquer situação, percepção, sensação ou questão que julgasse relevante, fosse diretamente relacionada aos conteúdos do curso ou a experiências extraclasse que lhe parecessem marcantes de alguma maneira.

Assim, tínhamos diante de nós um objeto: as atividades pedagógicas realizadas por estes/as cursistas em escolas públicas que trabalhavam diretamente a questão da diversidade sexual e de gênero; e também um material de pesquisa: os cadernos/diários produzidos pelos/as educadores/as, onde a experiência dessas atividades estava registrada. Parecia uma opção interessante, porque, para além das relações entre sujeitos e da ação institucional, poderíamos discutir a prática pedagógica. E mais, práticas pedagógicas que traziam uma intencionalidade transformadora. O foco na prática pedagógica vem também da orientação freiriana, que valoriza a articulação entre teoria, ação e ideal político.

A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo. (Freire, 1996, p.22)

## 1.5 Perguntas possíveis ou descobrindo a pergunta

Mas faltava ainda a pergunta. Diante desse objeto, o que queríamos saber? Qual era a questão que nos colocavam essas intervenções pedagógicas? Que questões elas suscitavam e qual delas seria o centro da nossa atenção? Essa não era uma resposta simples. Especialmente porque esse era – e creio que ainda é –



um campo pouco explorado. Numa análise dos trabalhos apresentados no GT de Gênero e Sexualidade da ANPED, realizada pelo Grupo de Estudos sobre o Cotidiano, Educação e Cultura(s) (Candau, 2012) - vinculado ao Departamento de Educação da PUC-Rio - da qual participei, foi possível perceber que a maioria das pesquisas trabalham a construção dos sujeitos e suas subjetividades - e, em alguns momentos, a sua relação com as práticas educativas, saberes e políticas públicas. Os trabalhos que têm especificamente a prática pedagógica como foco investem fortemente no desmascaramento e na interpretação de como os processos educativos (re)produzem um *status quo* heteronormativo, sexista, misógino e homofóbico, mas tratam muito pouco sobre práticas que invistam na superação dessa realidade. São muitos os trabalhos que apontam práticas pedagógicas homofóbicas, sexistas, misóginas ou heteronormativas. Mas, e quando estamos diante de atividades pedagógicas que tem como objetivo central o debate da diversidade e a valorização da diferença? O que falar – e pesquisar – sobre essas ações? Com um objeto de pesquisa aparentemente tão pouco explorado, não era fácil formular perguntas.

Sabíamos que perguntas *não* queríamos fazer. A análise dessas intervenções não deveria ter uma pretensão avaliativa. O objetivo não era dizer o que deve ou não deve ser feito. Em primeiro lugar, simplesmente porque o (rico) material de pesquisa que já tínhamos disponível não permitia que isso fosse feito. Estávamos trabalhando com os relatos dos/as educadores/as que realizaram essas atividades, portanto, com as suas impressões, memórias, opiniões e não com a observação direta da atividade em si, nem com um acompanhamento posterior de médio ou longo prazo.

Além disso, a proposta dessa pesquisa certamente não era produzir uma prescrição, mas justamente levantar alguns apontamentos – embora essa ainda fosse uma palavra muito vaga - a partir dos relatos de experiência de diferentes educadores/as que tivessem enfrentado a questão da diversidade sexual e de gênero na sua prática pedagógica, colocando essas experiências em diálogo com a literatura científica.

Fora isso, havia algumas perguntas possíveis. Por exemplo: como repercutem atividades pedagógicas que investem na discussão direta da diversidade sexual e de gênero? Como esse debate é recebido pela escola, institucionalmente? Que reações esses/as educadores/as percebem de seus/suas

colegas? Houve reações das famílias? De que tipo? E com relação aos/as alunos/as, como percebem sua receptividade e sua postura nessa discussão?

Há um certo senso comum entre educadores/as de que esses temas são muito difíceis de serem discutidos na escola. Que a mera proposição de um debate como esse incitaria reações contrárias fervorosas. Mas, o que será que experiências concretas como essas nos mostram? Quais são, afinal, as repercussões em salas de aula que a discussão desse tema provoca?

Assim, de início focaríamos nas repercussões dessas atividades na comunidade escolar. No entanto, ao longo do processo de análise, outras perguntas foram se formando. Perguntas que questionavam não sobre o *pós* atividade, mas sim sobre *como* essas atividades foram realizadas.

A diversidade de intervenções, em diferentes níveis de ensino, utilizando diferentes metodologias, nos permitia levantar alguns pontos que poderiam ser interessantes para subsidiar outras discussões, pesquisas ou ações nessa área. Se a opção pelos cadernos/diários como fonte preferencial de dados limitava a profundidade da análise pontual de cada intervenção, ao mesmo tempo nos permitia vislumbrar uma amplitude de experiências, apontando as principais recorrências e uma série de questões mais amplas.

Nos registros que deixaram em seus cadernos, estes/as educadores/as nos mostravam diferentes *caminhos* para chegar à questão da diversidade sexual e de gênero em sala de aula. Caminhos que apontavam para oportunidades pedagógicas diferenciadas, mas que também pareciam guardar diferentes limites. Seus relatos levantavam questões sobre currículo, prática pedagógica, metodologias de ensino, diálogo, identidades, cultura, relações sociais, enfim, uma série de pontos que poderiam ser postos em diálogo direto com uma literatura acadêmica diversa, que discutia tanto gênero e sexualidade, quanto a questão da educação e da diferença – literatura que eu vinha cada vez mais tomando contato no curso do Mestrado e que também ajudava a formular as perguntas. Analisar estes *caminhos* parecia, sem dúvida, o trabalho mais interessante – e relevante – a se fazer.

Portanto, a pergunta central deste trabalho, de fato, não existia quando ele começou, mas teve de ser construída campos ao longo do próprio processo de pesquisa, no contato com o material e com novos campos teóricos que o curso de Mestrado permitia. Construída no diálogo com as experiências que vinham sendo

analisadas e que trouxeram, como supúnhamos, perguntas novas, mais interessantes do que as que poderíamos imaginar. Assim, e só assim, foi possível chegarmos à questão que efetivamente nos interessa, e na qual vamos investir durante todo este texto:

Quais os caminhos didático-pedagógicos encontrados/construídos por educadores/as no desenvolvimento de atividades que trabalhassem diretamente a questão da diversidade sexual e de gênero na escola? O que eles têm em comum e o que os diferencia? Quais oportunidades e limites podemos encontrar em cada um destes caminhos?